

6 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Ordenar as atividades econômicas desenvolvidas na UC e incentivar a adoção de boas práticas visando o desenvolvimento sustentável do território.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	METAS	INDICADORES	CONDICIONANTES
Compatibilizar a conservação dos atributos da APAMLS com as demandas socioeconômicas da população.	M1 - Criação ou fortalecimento de 02 instrumentos de ordenamento pesqueiro	I1 - número de instrumentos criados; número de embarcações cadastradas; número de pescadores cadastrados.	a) Disponibilização orçamentária-financeira, estrutural e de recursos humanos através de concurso Público anual, ou outro meio de contratação pela Fundação Florestal para viabilizar as ações do programa de gestão; b) Disponibilização orçamentária-financeira para garantir a participação social nos Conselhos, Câmaras Temáticas e outros fóruns de diálogo, proporcionando transporte, alimentação, entre outros benefícios aos atores sociais da cadeia da pesca profissional e amador que interagem com a UC; c) Articulação bem estabelecida com instituições, universidades, empresas, órgãos públicos (Prefeituras, Marinha), usuários.
	M2 - Desenvolvimento de 03 projetos de valorização da pesca artesanal	I2 - número de AIPBM estabelecidas; número de reuniões realizadas; número de projetos desenvolvidos; número de ações de valorização da pesca sustentável.	
	M3 - Estabelecimento de 02 parcerias para o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca profissional	I3 - número de projetos desenvolvidos; número de ações conjuntas realizadas; número de embarcações/pescadores regularizados.	
	M4 - Encaminhamento de solicitações de adequação de ao menos 03 normativas incompatíveis com a pesca local	I4 - número de reuniões realizadas, número de pescadores envolvidos; número de solicitações de ajustes em normativas realizadas.	
	M5 - Normalização de 02 artes de pesca por meio da CT Pesca	I5 - número de resoluções publicadas; número de reuniões realizadas; número de pessoas envolvidas, número de temas discutidos; número de solicitações de ajustes em normativas realizadas.	
	M6 - Realizar 03 ações para a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca amadora	I6 - número de ações realizadas; número de embarcações, guias e operadoras cadastradas; número de pessoas capacitadas.	
	M7 - Realizar reuniões anuais com o setor produtivo da aquicultura	I7 - número de reuniões realizadas com o setor; número de projetos sustentáveis desenvolvidos com o setor.	

DIRETRIZES	AÇÕES	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSABILIDADES E PARCERIAS	CRONOGRAMA (ANOS)				
				1	2	3	4	5
1. Criação e fortalecimento de instrumentos de ordenamento pesqueiro buscando a sustentabilidade da atividade e dos recursos naturais.	1.1 Cadastrar as embarcações e os pescadores profissionais locais e extrativistas que atuam na UC, definindo o universo de pescadores tradicionais, artesanais e industriais.	Estratégia de Gestão	FF, Colônias de Pescadores, Comunidades locais, SAPESP, Instituto de Pesca.					
	1.2 Realizar mapeamento de comunidades tradicionais já reconhecidas mediante laudo antropológico e articulação para elaboração de novos laudos visando a regulamentação dos pescadores de subsistência	Estratégia de Gestão	FF, Universidades, ONGs					
	1.3 Articular junto à SMA e SEAP meios para que as licenças de pesca sejam emitidas pelo Estado e por tipo de pesca, buscando firmar parceria ou convênio com a SEAP.	Articulação Interinstitucional	FF, SMA, SEAP					
2. Incentivo e valorização da Pesca Responsável em atividades pesqueiras artesanais como meio de vida e de uso sustentável dos recursos naturais, levando em consideração as diretrizes da pesca de pequena escala (FAO).	2.1 Discutir e definir as AIPBMs, com base nas contribuições reunidas durante o processo de consulta do Plano de Manejo. Locais indicados pelas comunidades: a. Porção marinha compreendida entre a comunidade do Pontal de Leste até comunidade do Itacuruçá, Ilha do Cardoso, em Cananeia; b. Porção marinha compreendida entre a comunidade do Juruvai até a Ponta da Praia, em Ilha Comprida; c. Porção marinha compreendida entre a Barra do Itapera e Barra da Unha, em Iguape; d. Porção terrestre compreendida entre a Vila de Pedrinhas e a comunidade do Juruvai, em Ilha Comprida; Características das embarcações: até 3 AB, 10 metros de comprimento, sem casario, com motorização de até 60 HP.	Estratégia de Gestão	FF, APAMLS, Colônias de Pescadores, Comunidades locais					
	2.2 Diagnosticar junto aos pescadores as demandas locais, visando a capacitação dos mesmos os temas pertinentes para estabelecimento de conduta e práticas de pesca responsável	Estratégia de Gestão	FF, APAMLS, Colônias de Pescadores, Comunidades locais, Instituto de Pesca					
	2.3 Desenvolver ações para valorização da pesca artesanal através da certificação de origem do pescado, oriundo de pescarias de menor impacto ambiental	Articulação Interinstitucional	FF, Prefeituras, SEBRAE, Universidades, ONGs, Colônias de pescadores, comunidades locais, Comércio local					
	2.4 Incentivar o consumo do pescado de origem sustentável	Articulação Interinstitucional	FF, Prefeituras, SEBRAE, Universidades, ONGs, Colônias de pescadores, comunidades locais, Comércio local					
	2.5 Formalizar junto às prefeituras municipais e UCs vizinhas, o estabelecimento de acesso à praia pelos pescadores artesanais, com a devida sinalização	Articulação Interinstitucional	FF, ICMBio, Prefeituras					
3. Articulação intra e interinstitucional buscando ordenar a atividade pesqueira, fortalecer e estruturar a cadeia produtiva da pesca profissional e extrativismo.	3.1 Ampliar ações conjuntas com órgãos públicos e atores do segmento pesqueiro visando promover a estruturação da cadeia produtiva da pesca profissional	Articulação Interinstitucional	FF, Prefeituras, CATI, SEBRAE, Vigilância sanitária, CETEB, IBAMA, Marinha, SEAP, MMA, Colônias de pescadores, comunidades locais, Comércio local					
	3.2 Articular junto aos órgãos competentes a regularização da documentação das embarcações e dos pescadores	Articulação Interinstitucional	Marinha do Brasil, SEAP, Colônias de Pescadores, SMA, Prefeituras, SEBRAE, CATI					
	3.3 Articular junto ao PE Prelado a permissão de extração de mariscos por comunidades tradicionais no costão da Jureia	Articulação Interinstitucional	FF, comunidades locais					
4. Articulação interinstitucional buscando adequar normativas federais que são incompatíveis com a realidade da pesca local	4.1 Articular junto aos órgãos competentes para dar os devidos encaminhamentos aos ajustes solicitados quanto à INI MPA/MMA nº 12/2012 buscando a permissão da pesca de emalhe por embarcações motorizadas na 1ª milha náutica	Articulação Interinstitucional	FF, SMA, MMA, SEAP, Colônia de Pescadores, Comunidades locais, DPU, MP					
	4.2 Articular junto aos órgãos competentes ajustes em períodos de defeso que sejam necessários (Ex.: camarão-sele-barbas e bagre-branco)	Articulação Interinstitucional	FF, SMA, MMA, SEAP, Universidades, Instituto de Pesca					
	4.3 Articular junto à ESEC dos Tupiniquins/ICMbio uma autorização especial de pesca por comunidades tradicionais do Cambriú e Foles	Articulação Interinstitucional	FF, ICMBio, Comunidades locais					
	4.4 Articular junto à SPU a regularização de territórios de pesca	Articulação Interinstitucional	FF, SMA, SPU, Marinha					
	4.5 Contribuir com a implantação e a execução das ações previstas no Plano Nacional de Recuperação dos bagres marinhos, no que diz respeito ao bagre-branco.	Estratégia de Gestão	FF, MMA, Universidades, ONGs, Colônias de Pescadores, SAPESP, pescadores					
5. Discussão dos temas prioritários e emergentes para a promoção da pesca sustentável, por meio da Câmara Temática de Pesca, segundo demandas já identificadas ou emergentes.	5.1 Avaliar a necessidade de adequação do tamanho mínimo e máximo das malhas para as modalidades de pesca emalhe de superfície e fundo (IN IBAMA 166/2007 e IN MPA/MMA 12/2012)	Estudo Técnico	FF, CT Pesca da APAMLS, MMA, SEAP, Universidades, ONGs, Instituto de Pesca, Colônias de Pescadores, SAPESP, demais atores do setor pesqueiro					
	5.2 Aprofundar a discussão visando a adequação da pesca de emalhe de superfície/rede boiada (IN IBAMA 166/2007)	Estudo Técnico	FF, CT Pesca da APAMLS, MMA, SEAP, Universidades, ONGs, Instituto de Pesca, Colônias de Pescadores, SAPESP, demais atores do setor pesqueiro					
	5.3 Definir critérios para permissão da pesca de emalhe para dentro dos limites de 500 metros de ilhas e costões rochosos utilizados por pescadores artesanais tradicionais; com atenção especial ao período da safra da Sororoca (abril a setembro).	Articulação Interinstitucional	FF, SMA, Instituto de Pesca, Comunidades tradicionais, Colônias de Pescadores					
	5.4 Aprofundar a discussão visando a adequação da definição das características da frota (Porte e comprimento de embarcação e potência de motor) e características da frota permissionada para Diversificada Costeira (INI MPA/MMA nº 10/2011)	Estudo Técnico	FF, CT Pesca da APAMLS, MMA, SEAP, Universidades, ONGs, Instituto de Pesca, Colônias de Pescadores, SAPESP, demais atores do setor pesqueiro					
	5.5 Normalizar as pescarias de praia ainda não regulamentadas na UC (rede feliceira, rede estaqueada)	Estudo Técnico	FF, CT Pesca da APAMLS, SMA, Universidades, ONGs, Instituto de Pesca, Colônias de Pescadores, comunidades locais e demais atores do setor pesqueiro					
	5.6 Avaliar a necessidade de estabelecer novos limites de tamanho, peso e cotas para a captura de espécies-alvo da pesca amadora	Estudo Técnico	FF, CT Pesca da APAMLS, MMA, SEAP, Universidades, ONGs, Instituto de Pesca, atores do setor da pesca amadora					
	5.7 Aprofundar a discussão visando a adequação das áreas e períodos de pesca da tainha (Portaria Portaria da SGR nº 24/2018)	Estudo Técnico	FF, CT Pesca da APAMLS, MMA, SEAP, Universidades, ONGs, Instituto de Pesca, Colônias de Pescadores, SAPESP, demais atores do setor pesqueiro					
6. Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca amadora buscando a sustentabilidade da atividade e dos recursos naturais.	6.1 Cadastrar embarcações, guias e operadoras que prestam serviços à pesca amadora	Estratégia de Gestão	FF, atores do setor da pesca amadora e turismo					
	6.2 Articular com instituições de pesquisa e instituições executoras de Programas de Monitoramento Pesqueiro exigidos como condicionantes de licenciamentos, o levantamento de informações com o setor da pesca amadora acerca das principais espécies capturadas, número de capturas, pontos de pesca, sazonalidade das capturas, licas utilizadas, origem do produto-alvo, etc.	Articulação Interinstitucional	FF, Institutos de pesquisa, Universidades, ONGs, instituições executoras de Programa de Monitoramento, IBAMA, atores do setor da pesca amadora.					
	6.3 Promover treinamentos sobre boas práticas de pesca com guias de pesca e pescadores esportivos, abordando métodos menos agressivos de captura e manuseio dos animais visando maior sobrevivência no pesque-e-solte	Estratégia de Gestão	APAMLS, Universidades, Institutos de Pesquisa, ONGs					
7. Aproximação da gestão da UC com o setor produtivo da aquicultura	7.1 Estabelecer o diálogo com o setor produtivo da aquicultura, buscando um canal de troca de informações	Articulação Interinstitucional	FF, Instituto de Pesca, APTA, Setor Produtivo					
	7.2 Traçar estratégias conjuntas visando o desenvolvimento sustentável da produção	Articulação Interinstitucional	FF, Instituto de Pesca, APTA, Setor Produtivo					